



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001621/2023-61

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca de óbitos registrados no sistema carcerário, referente ao período de 2013 até a data mais atual de 2023. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00271/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão (i) fez esclarecimentos sobre o pedido formulado; (ii) forneceu as informações que dispunha; (iii) explicou que a idade dos presos não foi colhida e que não era possível levantar cada prontuário para buscar tais dados. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, fazendo novos questionamentos ao órgão e solicitando que os prontuários fossem encaminhados para que ela realizasse a pesquisa.
3. Instado a se manifestar sobre a ausência de reposta do superior hierárquico no recurso de 1ª instância, o órgão encaminhou a decisão proferida por seu dirigente máximo que reiterou a resposta inicial e fundamentou sua decisão no artigo 13, inciso III, do Decreto nº 7.724/2012, no artigo 31, inciso I da Lei nº 12.527/2011 e no artigo 7º, inciso I, e artigo 8º da Lei federal nº 13709/2018.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que a requerente inovou em segundo grau recursal realizando novos pedidos.
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de agosto de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenação de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 07/08/2023, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site